



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

02 e 03 de julho de 2016

Diário Catarinense

Moacir Pereira

“Voz das Ruas”

Voz das Ruas / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Plano Diretor / Justiça Federal / Câmara de Vereadores / IpuF / Vanessa Pereira / UFSC

VOZ DAS RUAS

A prefeitura de Florianópolis encerrou nesta semana as 13 audiências públicas determinadas pela Justiça Federal para discutir ajustes no Plano Diretor do município aprovado em 2014 pela Câmara de Vereadores. E a participação nos distritos foi surpreendentemente positiva tanto pelo número de envolvidos quanto pela qualidade do debate, segundo a superintendente do IpuF, Vanessa Pereira. Foram contabilizadas 2.444 pessoas e 848 sugestões. A audiência pública final será dia 18 na UFSC.

Diário Catarinense

Sua Vida

“Leitura para todos”

Leitura para todos / Livros adaptados / Sistema Braille / Libras / Carlos Alberto Mafra / Rede Nacional de Leitura Inclusiva / Fundação Dorina Nowill / IBGE / Deficiência / Livro Digital Acessível / Daisy / Digital Accessible Information System / Síndrome de Down / Surdos / Cegos / 1º Encontro Nacional da Rede de Leitura Inclusiva / São Paulo / Santa Catarina / UFSC / Unisul / Salete Cecília de Souza / Programa de Promoção de Acessibilidade / Clarissa Pereira / MEC / Brasil / Martinha Clarete Dutra dos Santos / Ministério da Educação / Censo da Educação Básica 2015 / Florianópolis / Biblioteca Professor Barreiros Filho / Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas / Maritza Fabiane Celestino / Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Bibliotecas / Gláucia Maindra da Silva / Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura de Imbituba / Projeto Inclusão Sem Fronteiras / Lei 13.146 – 06/07/2015 / Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência / Estatuto da Pessoa com Deficiência / Biblioteca Pública Municipal Cônego Itamar Luiz da Costa / Ana Paula Silva

LEITURA PARA TODOS

INICIATIVAS CATARINENSES MARCAM presença na rede nacional de leitura inclusiva e fazem aumentar a circulação de livros adaptados para diferentes tipos de necessidades

ÂNGELA BASTOS
 angela.bastos@diariocatarinense.com.br

Um dia o educador precisou de livros no sistema braille para atender o aluno cego. Outra vez, de um intérprete em libras para que o estudante surdo acompanhasse as narrativas. Até a chegada de outra criança, nem cega ou surda, porém, com uma doença genética que a impedia de mexer as mãos para segurar o material escolar. Diferentes entre si. Mas iguais em um aspecto, o direito de aprender a ler.

Assim o contador de histórias Carlos Alberto Mafra, que desenvolve projetos de leitura inclusiva em escolas ribeirinhas da região norte do país, descreve a realidade brasileira. Integrante da Rede Nacional de Leitura Inclusiva, projeto da Fundação Dorina Nowill presente em todos os Estados, o professor reflete acerca da presença cada vez maior de pessoas com diferentes deficiências em bibliotecas, escolas e espaços públicos.

Situação já trazida no Censo do IBGE, de 2010. Os números apontavam para cerca de 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência. Organizadas em grupos ou de forma individual, essas pessoas se apresentam cada vez mais na luta por direitos essenciais, como inclusão na escola, no mercado de trabalho, acessibilidade, saúde, acesso ao lazer e à cultura.

Por isso, crescem também as ferramentas para promover a leitura inclusiva. Os instrumentos permitem acesso à informação, especialmente no campo visual. São livros em braille, audiolivros ou falados, com a letra ampliada, o Livro Digital Acessível - Daisy (Digital Accessible Information System). De acordo com o modelo, servem também para surdo-cegos, pessoas com deficiência cognitiva e até mesmo com síndrome de Down.

CONTEÚDOS DISPONÍVEIS DE FORMA DIFERENCIADA

Temas assim marcaram o 1º Encontro Nacional da Rede de Leitura Inclusiva, dias 15 e 16, em São Paulo (SP). A rede começou em 2013, com a participação de 10 Estados. Santa Catarina está presente desde o começo. Duas universidades compareceram, UFSC e Unisul.

A bibliotecária Salete Cecília de Souza, da Unisul, explica que cerca de 250 pessoas com deficiências estão incluídas no Programa de Promoção de Acessibilidade. São pessoas com deficiência sensorial, física, dificuldade de aprendizagem e com necessidades específicas que, de forma presencial ou à distância, precisam de conteúdos diferenciados.

Alunos cegos recebem todo o material - livros, artigos - em arquivo DOC ou braille. O serviço mapeia o estudante e entra em contato com o departamento para antecipar os conteúdos no semestre seguinte. Acadêmicos surdos têm acompanhamento de intérprete de libras nas avaliações presenciais e durante as aulas, tradução e interpretação em webconferência e web-aula, além de livros em libras e documento eletrônico. Aqueles com deficiência física têm à disposição recursos de mobilidade nos diferentes ambientes da universidade.

- Nosso objetivo é dar autonomia para os estudantes, além de fomentar o debate com professores, entre alunos e mesmo com as famílias de origem dos acadêmicos - diz Salete.

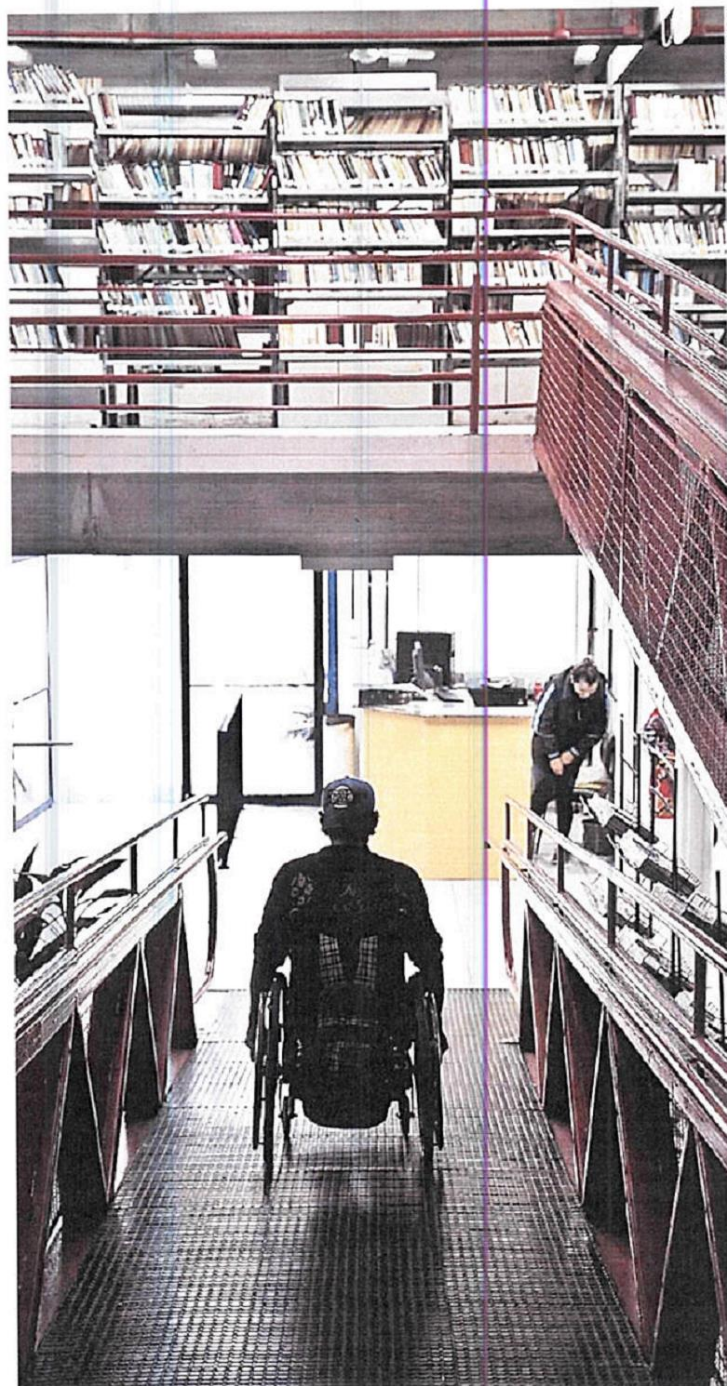
A bibliotecária cita o que considera como uma das principais barreiras para o processo de inclusão: a educação assistencialista, resultado de uma cultura de muitos anos e que, apesar do processo de mudanças provocado por leis, ainda há a necessidade de que o próprio aluno se perceba como um ser de direito.

- Essas pessoas precisam vir e exigir seus direitos, cabendo às instituições responder às suas necessidades - sugere.

Salete é uma defensora de pessoas com deficiência acessando livros: - Com a leitura a pessoa se apropria da vida. Defendo a continuidade do uso do braille, assim como o recurso digital - diz.

A UFSC também oferece serviços aos usuários, como orientação no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos, leitores, adaptação de material. Outra vantagem é o uso de materiais como lupas, audiolivros, vídeos em libras, notebook, teclado adaptado, aparelho MP3.

- Temos um espaço que segue os padrões de acessibilidade e disponibilizamos computadores com softwares específicos para usuários, acervo em braille e acervo digital acessível - explica Clarissa Pereira.



Biblioteca no bairro Estreito, na Capital, atende média de 200 pessoas por dia, destas 10 com deficiência

“

A pessoa com deficiência parece encontrar a oferta de livros como um presente, um favor, e não um direito

ANA PAULA SILVA

Coordenadora da Rede Nacional de Leitura Inclusiva na Fundação Dorina Nowill

“

Há curiosidade em sentir os livros, em compreender como os cegos leem e em como compreendem aqueles pontinhos no papel. Mas o que mais desejamos é conhecer nosso leitor cego em Imbituba, sabemos que ele existe e queremos conhecê-lo

GLÁUCIA MAINDRA DA SILVA

Gerente de Fomento e Incentivo à Cultura do Imbituba

Aumento da demanda leva MEC a oferecer dicionário trilingue em libras-português e inglês nas escolas

O Brasil aumentou em cinco vezes o número de matrículas de pessoas com deficiência em classes comuns da educação básica e em seis vezes e meia na educação superior desde 2003. Naquele ano, o governo instituiu as primeiras políticas públicas estruturantes na perspectiva de inclusão escolar.

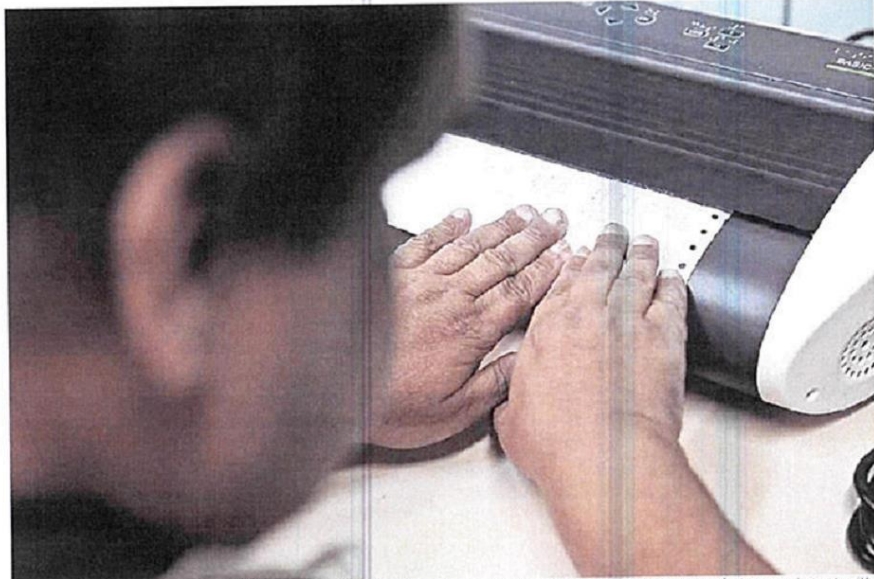
Os números foram apresentados por Martinha Claret Dutra dos Santos, diretora de políticas de educação especial do Ministério da Educação

(MEC). A diretora trouxe dados do Censo da Educação Básica 2015, mostrando que 751 mil pessoas com deficiência física, intelectual ou sensorial tiveram assegurado o direito de frequentar escolas da rede regular no país, cerca de 13%.

Considerando somente a rede de educação básica pública, o percentual de inclusão na educação básica é ainda maior, chegando a 93%. Na formação superior, o Brasil saiu de 5 mil matrículas para, em 2014, atingir 33,4

mil alunos com deficiência em cursos de graduação.

Isso fez com que o acervo do material didático tenha sido incrementado com 114 títulos em braille e 523 em formato digital acessível. Essa iniciativa beneficiou mais de 6 mil estudantes cegos em escolas de educação básica. Para 24,3 mil estudantes surdos, foram comprados 13 títulos em libras-língua portuguesa, além de 11 mil exemplares de dicionário trilingue (libras-português e inglês).



Ministério incrementou material didático nas instituições de ensino, somente em matemática foram 114 títulos a mais em braille

Biblioteca de Florianópolis vira referência nacional

Em Florianópolis, um exemplo de estímulo à leitura inclusiva vem da biblioteca Professor Barreiros Filho, no bairro Estreito, região continental. A instituição atende cerca de 50 pessoas com alguma deficiência e há dois anos se tornou referência no país. Mais recentemente também passou a integrar a Rede Nacional de Leitura Inclusiva. Uma média de 200 pessoas por dia passam pelo local, sendo 10 com deficiências.

A instituição faz parte do Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públi-

cas, o qual envolveu 10 instituições com as mesmas características em cinco regiões. Rampas de acesso, banheiros adaptados, acervo em braille e livros falados colocaram a biblioteca em quinto lugar na disputa.

– Somos a matriz da acessibilidade em bibliotecas de Santa Catarina – comemora Maritza Fabiane Celestino, que até semana passada era coordenadora e agora atua como voluntária.

O projeto foi idealizado e financiado pelo Ministério da Cultura por meio do Sistema Nacional de Biblio-

otecas, com parceria da Mais Diferenças, uma organização da sociedade civil de interesse público. No local há jogos, brinquedos, softwares, acessórios destinados ao atendimento de pessoas com deficiência como computadores de mesa, impressora em braille e escâner com sintetizador de voz. Mas havia uma dificuldade a ser resolvida: o transporte:

– Conversamos com a prefeitura e conseguimos com que o ônibus que passe pelo local seja adaptado – conta Maritza.

Em Imbituba, livro vai aonde o leitor está

A bibliotecária Gláucia Maindra da Silva, gerente de Fomento e Incentivo à Cultura, da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura de Imbituba, participou do evento promovido pela Fundação Dorina Nowill. Uma possibilidade de pensar ações, diz ela. Uma dessas práticas acontecerá na quarta-feira, quando será desenvolvido o projeto Inclusão sem Fronteiras.

A proposta é nacional e promete mobilização nas redes sociais e imprensa chamando a atenção para práticas inclusivas em diferentes regiões do país. A data foi escolhida em virtude da lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Em Imbituba, a estrela será a Tenda Literária, que nos meses de verão ocupa as praias oferecendo espaço para a leitura. Todo o acervo disponibilizado também está em braille, fonte ampliada, audiobook ou livro falado. Isso faz com que o leitor sem deficiência visual comece a pensar nas pessoas que precisam dessa forma de leitura.

– Há uma curiosidade em sentir os livros, em compreender como os cegos leem e em como compreendem aqueles pontinhos no papel. Mas o que mais desejamos é conhecer nosso leitor cego em Imbituba, sabemos que ele existe e queremos conhecê-lo – explica Gláucia.

Os turistas reagem muito bem e chegam a sugerir que o projeto se expanda para outros pontos do litoral brasileiro. O contato entre a Secretaria de Cultura e a Fundação Dorina iniciou-se quando a biblioteca passou a receber o acervo em braille e com audiobook. Desde 2014 a Biblioteca Pública Municipal Cónego Itamar Luiz da Costa participa dos encontros da Rede Leitura Inclusiva Grupo de Trabalho Santa Catarina.

– Em outubro de 2015 iniciamos os encontros do GT Imbituba, ainda tímido, mas com potencial para fortalecer a rede de Leitura Inclusiva no município – diz a bibliotecária.

NÃO É PRESENTE, É DIREITO

Apesar dos avanços, ainda há desafios. A psicóloga Ana Paula Silva, coordenadora do projeto na Fundação Dorina Nowill, acredita que não basta apenas produzir e distribuir livros acessíveis. O profissional precisa estar capacitado para oferecer o material e orientar as pessoas com deficiência visual. Primeiro, explica, há a necessidade de qualificar o facilitador para em seguida montar a rede de articulação com pessoas e organizações interessadas em promover a leitura inclusiva.

Uma das dificuldades é que a própria pessoa com deficiência desconhece o direito. Em 2012, a Fundação Dorina fez uma pesquisa no país sobre os hábitos de leitura da pessoa com deficiência visual. Foi identificado que o profissional dos serviços trata a relação entre o livro e o deficiente de maneira quase inexistente.

– A pessoa com deficiência parece encontrar a oferta de livros como um presente, um favor e não um direito – observa Ana Paula.

Outro desafio é que o professor da escola pública nem sempre está preparado para atender essa demanda.

– Muitas vezes ele trabalha com leitura, porém, desconhece acerca da leitura inclusiva.

Diário Catarinense Nós

“O ensino precisa ser dinâmico”

O ensino precisa ser dinâmico / UFSC / História / Anita Garibaldi / Vinícola Abreu Garcia / Campo Belo do Sul / Projeto Paisagens Jê do Sul do Brasil / USP / Universidades de Exeter e Reading / Reino Unido / Vinhedo / Leonardo Ferrari / Gil Karlos Ferri

OPINIÃO | VOZES

“O ensino precisa ser dinâmico”

Na escola, a história geralmente é encarada como a matéria dos fatos e datas do passado, difícil de atrair a atenção de adolescentes conectados às tecnologias e à atualidade. Porém, aos poucos, estamos mudando essa realidade.

Desde a minha graduação na UFSC, amadureci a ideia de desenvolver um projeto voltado ao ensino de história regional, buscando compreender a formação socioeconômica do Planalto Catarinense através dos tempos. Essa iniciativa tornou-se realidade quando iniciei minha carreira docente em Anita Garibaldi. Com saídas de campo repletas de trocas de conhecimento, os alunos aprendem de maneira dinâmica e interativa sobre diversos temas da região serrana.

Uma das excursões que realizamos é para a Vinícola Abreu Garcia, em Campo Belo do Sul, onde os alunos conhecem a produção dos vinhos de altitude e o sítio arqueológico da propriedade, mobilizando conhecimentos históricos e aprendizados sobre o setor vitivinícola.

No começo do mês, estivemos na vinícola em uma excursão marcada pelo frio intenso e muita animação. A visita começou no sítio arqueológico próximo aos vinhedos, que é formado por montículos circulares no topo de uma colina e está sendo estudado por meio do projeto Paisagens Jê do Sul do Brasil – uma parceria entre a USP e as universidades de Exeter e Reading, do Reino Unido.

No passado, o local funcionava como cemitério para os indígenas da tradição Proto-Jê, e as análises arqueológicas indicam ocupação desde o século 13. As observações e explicações permitem aos adolescentes compreenderem a complexidade da cultura indígena, expandindo seus conhecimentos sobre a história pré-colombiana no planalto de Santa Catarina.



GIL KARLOS
FERRI

O roteiro nos vinhedos e no interior da vinícola seguiu os passos do processo de vinificação, das videiras às garrafas. O enólogo Leonardo Ferrari, parceiro do projeto e entusiasta do vinho de altitude catarinense, explicou cada etapa da produção. Destacou-se a especificidade do *terroir* de altitude para o cultivo das variedades viníferas europeias, e a bem-sucedida aclimação dessas variedades na região serrana.

Entre perguntas e respostas relacionadas a diversas áreas do saber, os estudantes puderam notar que a vocação catarinense para a vitivinicultura é histórica e representa uma importante identidade socioeconômica para o Estado, tanto pelo produto quanto pelo turismo fomentado pelo setor.

Para o enólogo que nos recepciona em cada visita, a experiência de receber uma turma do colegial é algo ímpar e representa uma excelente oportunidade para expor o conhecimento vitícola de modo dinâmico e acessível a um público diferenciado, múltiplo e empolgado.

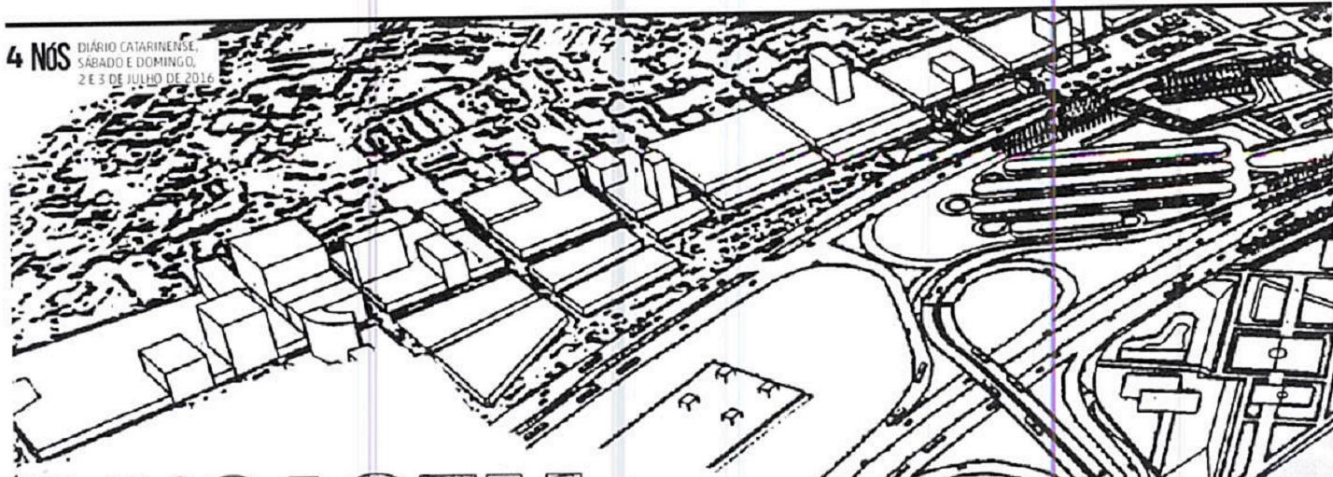
Por meio dessa atividade extraclasse, os estudantes vivenciam e aprendem temas que vão desde a cultura indígena até as atuais configurações socioeconômicas da região em que vivem.

A saída de campo foi concluída com um piquenique e degustação de suco de uva, tendo por cenário a varanda da vinícola emoldurada em um paradisíaco pôr do sol. Momento de confraternização e diversão para os alunos envolvidos com esta experiência rica em histórias e aprendizados.

Professor de história

Diário Catarinense
Nós
"Paisagem transformada"

Paisagem transformada / Aterro da Baía Sul / Florianópolis / Mercado Público de Florianópolis / Governador Colombo Salles / Morro da Cambirella / Passarela Nego Quirido / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Superintendência do Patrimônio da União / Guilherme Estrada Rodrigues / Marcelo Martins da Rosa / Tribunal de Justiça / TJSC / Ministério Público Federal / MPF / Praça XV de Novembro / Roberto Burle Marx / Via Expressa Sul / Plano Diretor / Avenida Beira-Mar Norte / Acácio Garibaldi de S. Thiago / Departamento de Estradas e Rodagem / DER / Deinfra / Valmir José Oleias / UFSC / Norberto Odebrecht / Waldemar Filho / Desterro / Antônio Carlos Konder Reis / CIC / Departamento de Arquitetura e Urbanismo / UFSC / César Floriano dos Santos / José Tabacow / Largo da Alfândega / Avenida Paulo Fontes / Instituto de Arquitetos do Brasil / André Schmitt / Projeto do Parque Metropolitano Dias Velho / IAB SC / Operações Urbanas Consorciadas / OUC



PAISAGEM TRANSFORMADA

O ATERRO DA BAIÁ SUL, de 1972, distanciou o Centro de Florianópolis do mar sob o propósito de abrir espaço para a expansão urbana. Agora, a prefeitura busca a retomada da gestão do espaço para reintegrar a área ao convívio público

CRISTIAN WEISS
cristian.weiss@diariocatarinense.com.br

A

silhueta do Mercado Público de Florianópolis refletida nas águas que lambiam o cais por onde desembarcavam mercadorias e pessoas era uma das cenas mais fotografadas até a segunda metade do século 20 na capital catarinense. O cenário de nostalgia se desfez quando a faixa de terra de 600 mil metros quadrados afastou para sempre do mar o cartão-postal e o Centro em 1972. O aterro da Baía Sul, obra capitaneada pelo então governador Colombo Salles, é fruto da busca por mais espaço para o desenvolvimento urbano e rodoviário e marcara a tentativa de esculpir a imagem de Estado forte e progressista.

Mas uma obra estadual em terras federais sempre gerou uma disputa jurisdicional que limitou a intervenção do município no aterro. E o que poderia ser o reencontro da cidade com o mar, ocupando as bordas para serviços ou lazer, não apenas deixou de ocorrer, como a área nobre, justamente no portal de acesso à Ilha, ficou relegada ao abandono e de costas para a cidade. Pior, a vista para as águas da Baía Sul e para os contornos do Morro da Cambirela é ofuscada por estacionamentos, uma estação de tratamento de esgoto e estruturas públicas cujos contornos arquitetônicos não se completam, como a passarela Nego Quirido e o pavilhão de eventos CentroSul.

Desde a semana passada, a prefeitura de Florianópolis retomou os planos de gerir o espaço, após garantia do secretário do Patrimônio da União, Guilherme Estrada Rodrigues, em ceder uma parte da área total do aterro da Baía Sul, de 30,5 mil metros quadrados, correspondente ao terreno localizado entre o antigo terminal urbano e o

CentroSul, onde ficavam um camelódromo e o Direto do Campo. O processo está em análise na Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU-SC) e ainda não foi concluído. A expectativa é que a liberação seja expedida até semana que vem, mas trata-se de uma cessão de uso não onerosa, ou seja, como a prefeitura pretende implantar um estacionamento pago no local, ainda precisa pleitear outra licença da SPU para explorar comercialmente a área.

— Somos contrários ao estacionamento, não é esse o ganho que urbanisticamente a gente defende. Mas foi a forma mais rápida e barata de ocupar o espaço — defende o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Marcelo Martins da Rosa.

A solução é temporária e deve durar até três anos, tempo que será investido numa alternativa urbanística que contemple área de lazer, comércio e prédios da prefeitura, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público Federal.

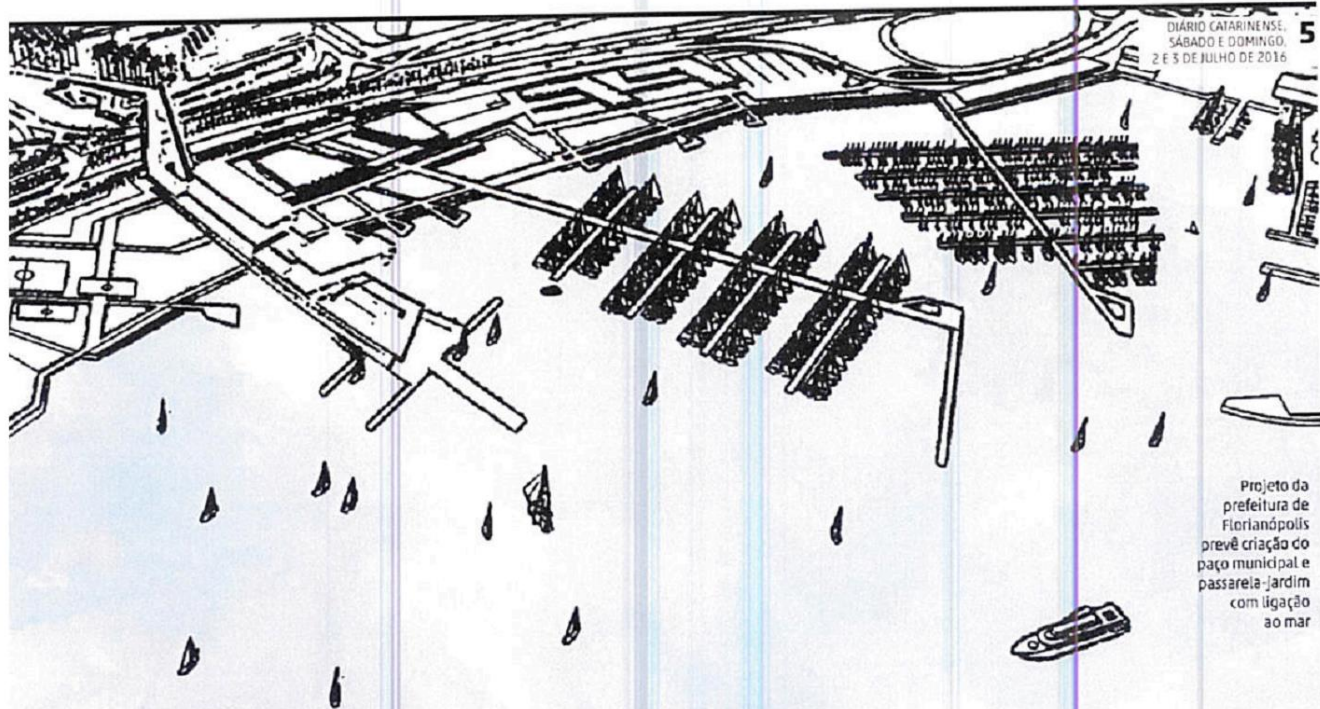
Para os personagens que viveram de perto os planos de dar nova vida ao aterro, esta é a oportunidade de desengavetar os projetos de urbanização e lazer esboçados ao longo das últimas quatro décadas e meia, mas que nunca ganharam traços de realidade. Dezenas de croquis com planos que incluem desde a implantação de quadras esportivas a uma passarela-jardim ligando a Praça XV ao mar já foram elaborados.

De todas as propostas para a Baía Sul, a mais badalada é a original. De autoria do paulista Roberto Burle Marx (1909-1994), o projeto de paisagismo e arborização foi contratado pelo governo do Estado na década de 1970.

A ideia inicial para o aterro, implantado entre 26 de junho de 1972 e 24 de janeiro de 1974, durante o governo de Colombo Salles, previa receber a cabeceira da nova ponte, que levaria o nome do ex-governador e ligaria o Continente ao novo sistema viário que no futuro iria se unir à Via Expressa Sul. A intenção era ampliar o espaço na área central, reduzir os congestionamentos, aumentar o comércio, abrigar a sede administrativa do governo do Estado e servir de centro de lazer.

Aterrar a região central constava do Plano Diretor de 1952, que também indicava a construção da Avenida Beira-Mar Norte. Mas só em 1967 o prefeito de Florianópolis Acácio Garibaldi de S. Thiago encaminhou um pedido ao governo federal para que fosse autorizada a construção dos aterros nas baías Norte e Sul. Mas antes que a licença fosse emitida, em 1973, o município desistiu dos direitos da preferência do território devido à complexidade da empreitada.

Por meio do Departamento de Estradas e Rodagem (DER, atual Deinfra), conta Valmir José Oleias em sua dissertação de mestrado pela UFSC *O lazer no aterro da Baía Sul em Florianópolis: o abandono de um grande projeto*, o governo do Estado firmou contrato com a construtora Norberto Odebrecht S.A. para edificar o aterro. Para os governantes, a obra consolidaria Florianópolis como metrópole e capital moderna, no embalo da concepção racionalizadora de planejamento urbano dos anos 1960 e 1970, patrocinada pela ditadura militar. "A ausência de discussão sobre prioridades sociais, imposta pelo regime militar, criou condições para que se gestasse em todo o país o pensamento e a prática das 'grandes obras modernizantes'. A aplicação dos planos ur-



Projeto da prefeitura de Florianópolis prevê criação de espaço municipal e passarela-jardim com ligação ao mar

banísticos elaborados respondia em grande parte ao projeto das elites”, lembra Oleias na pesquisa.

O aterro de 653 mil metros quadrados era 13 vezes maior do que o previsto inicialmente para a Baía Sul pelo Plano Diretor de 1952. Conforme o projeto da obra, estavam previstas 23 instalações, entre elas o palácio do governo estadual, Assembleia Legislativa, secretarias do Estado, palácio de Justiça, prefeitura, museu, teatro, centro comercial, escritórios e hotel privados, garagens, terminal de ônibus, bares e equipamentos de lazer. Até 1993, quando a gestão do espaço passaria de novo para a prefeitura por falta de recursos do DER, apenas oito instalações tinham sido construídas.

Oleias recorda que desde a conclusão do aterro o projeto de urbanização se deu por etapas e conforme os interesses políticos dos governantes. Houve grande pressão para que o espaço fosse loteado e vendido à iniciativa privada. Alegando necessidade de ressarcir parte dos custos com a obra, o governador Colombo Salles editou em 1974 um decreto em que autorizava a venda de 25% do aterro, com apoio da Assembleia Legislativa. Vereadores da Capital foram contrários, o que gerou um clima de hostilidade entre os poderes. Um dos mais críticos era o vereador Waldemar Filho, o Caruso, da base do governo: “A comercialização dessa área será o enterro do aterro da antiga Desterro”, criticou durante apresentação do projeto no palácio do governo, abusando da aliteração.

A manifestação de políticos governistas fez com que o governo estadual recuasse. O sucessor de Salles foi Antônio Carlos Konder Reis, que apesar de pertencer ao mesmo partido, Arena, estava convencido de que vender a área não seria um bom negócio.

— Existia um grupo que queria torres de 20 a 30 andares do setor público e do privado e hotéis e outro que queria uma nova Catedral, um teatro, que seria o CIC, e a prefeitura. Até que Konder Reis chegou e disse: “Olha, vai ser feito um parque como o Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro. E convidou o Burtle Marx (autor do projeto da obra carioca)” — conta o professor do departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, César Floriano dos Santos.

Em 1978, Konder Reis editou um decreto tombando a área como área verde, de paisagem e lazer, “conforme projeto paisagístico elaborado pela firma Burtle Marx e Cia. Ltda”.



A GENTE ENTREGOU O PROJETO DE PAISAGISMO EM 1978. ELES NOS DERAM UM PROGRAMA PRÉ-DEFINIDO DE USO DO ESPAÇO. COMO ÉRAMOS DE FORA, O QUE A GENTE FEZ FOI PEGAR O PROGRAMA DO GOVERNO E COLOCAR NO PAPEL A QUANTIDADE DE QUADRAS, PARQUINHO, HELIPONTO. A PARTE ONDE HOJE ESTÁ O SAMBÓDROMO ERA O LOCAL DE QUADRAS ESPORTIVAS

JOSÉ TABACOW,
Arquiteto e urbanista que trabalhou com Burtle Marx

— A gente entregou o projeto de paisagismo em 1978 para o DER. Eles nos deram um programa pré-definido de uso do espaço. Como éramos de fora, o que a gente fez foi pegar o programa do governo e colocar no papel a quantidade de quadras, parquinho, heliponto. A parte onde hoje está o sambódromo era o local de quadras esportivas — explica o arquiteto e urbanista José Tabacow, um dos arquitetos da equipe de Burtle Marx que projetou o paisagismo do aterro.

Santos submeteu sua tese de doutorado na Espanha sobre a produção paisagística de Burtle Marx no Brasil, dedicando um capítulo exclusivo ao episódio do aterro da Baía Sul. Segundo ele, em 1979 a proposta paisagística e de lazer foi inaugurada, com quadras de voleibol, futebol, basquete, tênis e futebol de areia, playgrounds e a praça em frente ao Largo da Alfândega, cujo piso de *petit-pavé* (pedras portuguesas) formava um mosaico. Árvores nativas do litoral catarinense foram plantadas, além das palmeiras em frente ao que hoje é o CentroSul.

Hoje, apenas as palmeiras resistem como símbolo da obra. Os mosaicos foram cobertos por calçamento para dar lugar a um estacionamento em frente ao Largo da Alfândega. Segundo Santos, o processo de depredação do paisagismo começou ainda na década de 1980. Ele atribui o fato de o projeto original ter sido deturpado às forças

políticas que defendiam o uso privado da área. — Ali onde está o estacionamento em frente à Alfândega existe uma arqueologia de um jardim moderno que foi destruído de forma brutal. Não há a dimensão do que significou a destruição desse projeto de Burtle Marx para a cidade e para a história do paisagismo brasileiro. Os chafarizes não foram ligados, parte das luzes também não. As plantas que foram morrendo, não foram substituídas. Permitiram que os carros subissem no *petit-pavé* e deu recalque. Aí começou a surgir a crítica de que o projeto era árido, mas não deram nem tempo de as árvores crescerem. Eles acham que jardim já nasce pronto. O que aconteceu foi uma insensibilidade para compreender a importância desse projeto e que ele necessitava de ajustes — argumenta Santos.

Um desses ajustes, por exemplo, Santos tentou fazer como secretário adjunto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano entre 2013 e 2014. No projeto de Burtle Marx havia três passarelas sobre a Avenida Paulo Fontes — apenas uma foi feita, em frente ao CentroSul. Como alternativa, Santos e Tabacow projetaram a passarela-jardim que interligaria o trecho entre o antigo terminal de ônibus e o mar, uma plataforma de 200 metros de extensão suspensa sobre o trânsito a uma altura de seis metros. Além das áreas verdes, abaixo da passarela seriam instalados equipamentos de lazer — como quadras, pista de skate, restaurantes e lan-



NÃO IMPORTA QUAL PROJETO SERÁ ESCOLHIDO. O IMPORTANTE É TER UM PROJETO INTEGRADO A ESTE ATERRAMENTO E QUE DEVOLVA A RELAÇÃO DA CIDADE COM O MAR. SOLUÇÕES ISOLADAS NÃO ADIANTAM.

ANDRÉ SCHMITT

Arquiteto que venceu concurso em 1996

chonetes —, e espaços para abrigar um comércio.

Mas na realidade as possibilidades para o Aterro da Baía Sul são pouco animadoras. Segundo o atual secretário de Desenvolvimento Urbano, Marcelo Martins da Rosa, até mesmo o projeto da passarela-jardim está sendo revisado, porque o custo da implantação, de R\$ 70 milhões, foge do orçamento da prefeitura. Enquanto isso, o município trabalha na elaboração de um novo projeto para o espaço, com 52 mil metros quadrados de área construída que devem contemplar parte das ideias da passarela-jardim, as palmeiras e o *petit-pavé* de Burtle Marx. Terá áreas de lazer, auditório público e inclui os edifícios da prefeitura, Tribunal de Justiça (TJSC) e do Ministério Público Federal (MPF), com estacionamento subterrâneo e praça de alimentação. A proposta abre margem ainda para a implantação da passarela-jardim que avança sobre o mar, com 200 boxes de lojas distribuídos pelo caminho.

Um concurso público para os projetos arquitetônicos dos edifícios e da praça pública está sendo discutido com o Instituto de Arquitetos do Brasil. Segundo Rosa, deve resultar num Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), atraindo investidores privados para custear a obra. Para o prédio da prefeitura, por exemplo, a intenção é recorrer à modalidade *BTS (built to suit)*, na qual um investidor constrói o edifício com a garantia de que o município o alugará pelos próximos 30 anos, tornando-se proprietário ao final do período. Como o TJSC e o MPF já sinalizaram ter recursos para os próprios edifícios, uma saída seria negociar com eles a contribuição para parte do projeto urbanístico.

— A ideia é trazer os investidores privados no início do processo, entender que o poder público não vai dispor de recursos para isso. A expectativa é que a gente tenha um projeto maduro, economicamente viável, o que é diferente dos projetos que já foram feitos até agora, e relevantes para a cidade — explica Rosa.

Uma audiência pública e votação da Câmara de Vereadores precisarão referendar a proposta.

Para Santos, o projeto de Burtle Marx ainda poderia ser retomado, principalmente a praça em frente ao Largo da Alfândega e ao antigo terminal de ônibus e a implantação das quadras esportivas ao lado do CentroSul. Para o professor de Arquitetura e Urbanismo, a cidade tem uma dívida com os moradores das comunidades carentes do entorno, que ficam sem alternativas de lazer.

— O projeto do Burtle Marx, embora não possa ser recuperado na sua totalidade, ainda está bem viável de ser retomado. Existe uma arqueologia desse projeto do Burtle Marx que é fundamental que preserve-

mos, como o *petit-pavé* que foi encoberto. Em algum momento da história desta cidade nós vamos fazer o resgate disso.

Santos reforça a necessidade de se recuperar a borda d'água e critica a possibilidade de se adotar edifícios altos que bloqueiem a vista do Cambirela.

— Se o contato físico com a água se perdeu com o aterro, o contato visual com o Cambirela deve ser preservado — diz.

Para Tabacow, que trabalhou diretamente com Burtle Marx até 1982 e hoje tem escritório no Cacupé, aproveitar apenas fragmentos do projeto original de Burtle Marx é insuficiente.

— É como ter uma pintura, mas pegar só um pedacinho dela. Perde o valor. Quando começaram a fazer estacionamentos no aterro, foram tirando pedaços do projeto original. Seria possível aproveitar a ideia original de Burtle Marx, adaptando. Mas o que tem de ser feito é um planejamento geral do espaço.

Para hoje, sugere que o Aterro da Baía Sul seja tratado como um prolongamento do Centro, com predomínio de áreas verdes, com bancos e mesas, restaurantes, comércio especializado em lazer, cinemas e espaços para shows de grande porte.

— Talvez tenha havido o erro no nascedouro, que foi fazer um parque quase com os mesmos moldes do Aterro do Flamengo. Primeiro porque Florianópolis não precisava de tantos espaços de lazer, segundo porque no Rio de Janeiro a região era predominantemente residencial e aqui, comercial. As pessoas que estão aqui nem têm tempo de usufruir dos parques — justifica o urbanista.

Oxperiente arquiteto André Schmitt se empolga ao apontar a maquete suspensa na entrada de seu escritório no Itacorubi. É um sonho que não prosperou. Nele, o mar volta a banhar os pés do Mercado Público. O projeto sugere um desaterramento parcial, abrindo um canal para reconduzir o mar na altura da Praça XV e Largo da Alfândega. Ali, uma praça d'água com ilhas formadas pelas palmeiras de Burtle Marx completa a paisagem com os terminais marítimos e de ônibus. Também traz uma *rambla* (avenida larga exclusiva para pedestre, típica da Espanha) repleta de bares e restaurantes no térreo de prédios que abrigariam empresas e serviços públicos, como a prefeitura e a Câmara de Vereadores, que conduz da Praça XV ao novo miramar e ao cais da cidade. A Avenida Paulo Fontes seria elevada como uma ponte. E por esse trecho que o mar entraria para formar a praça d'água e permitir a passagem de embarcações.

— A proposta é reforçar a centralidade, reconquistando o contato das pessoas com o mar. A ideia é que

isso seja lindo como morar em Paris, Londres ou outras cidades que já estão reforçando seus centros — qualifica Schmitt, autor de projetos como o Costão do Santinho e Costão Golf.

O Projeto do Parque Metropolitano Dias Velho — Aterro da Baía Sul foi o vencedor do Concurso Público Nacional de Ideias organizado em 1996 e 1997 pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB SC) e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Os primeiros esboços previam dois pilares distintos: um sugeria o avanço da cidade sobre o aterro até o limite com o mar; o segundo, que acabou sendo o eleito, tinha um trecho do mar avançando sobre o aterro. Foram mais de 80 inscritos e 35 propostas apresentadas. Além do projeto coordenado por Schmitt, ao lado de outros profissionais e consultores externos, outras duas propostas foram as finalistas.

A proposta também sugeriu novas áreas de lazer e espaços nobres para a construção de empreendimentos corporativos e turísticos. Mas o preço de implantação era relativamente alto, cerca de US\$ 300 milhões. Como forma de compensar o custo das obras, Schmitt propôs a adoção da modalidade de Operações Urbanas Consorciadas (OUC), muito usada na Europa para recuperação de espaços degradados, em que o município coordena transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental junto a investidores. Para isso, autoriza para a área em questão diretrizes específicas não detalhadas no plano diretor.

O problema é que o Plano Diretor da Capital não previa essa modalidade. A possibilidade só seria admitida no Brasil quatro anos mais tarde, com o Estatuto da Cidade, lei federal que dá as bases para a política urbana no país, aprovada em 2001.

Conforme o Plano Diretor em vigor desde janeiro de 2014, o aterro da Baía Sul é formado prioritariamente por Áreas Verdes de Lazer (praças e parques) e Área Comunitária e Institucional (terminais de ônibus, prédios públicos, Passarela Nego Quirido e estação de tratamento da Casan). Todo esse conjunto hoje também é zona de OUC.

De 1996 para cá, o aterro da Baía Sul sofreu alterações. O Terminal de Integração do Centro (Ticen), por exemplo, foi construído na direção diversa à sugerida pela proposta de Schmitt, o que inviabilizaria a praça d'água como idealizada há 20 anos. Mas, mesmo sem a fachada do Mercado voltar a refletir no mar, Schmitt garante que cerca de 60% do projeto ainda teria sentido.

— Não importa qual projeto será escolhido. O importante é que seja integrado a este aterro e que devolva a relação da cidade com o mar, que traga densidade, que seja ocupado. Soluções paisagísticas isoladas não adiantam.

**Notícias do Dia
Cidade**

“Audiências têm 848 propostas”

Audiências têm 848 propostas / Plano Diretor / IpuF / Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / MPF / Ministério Público Federal / Santo Antônio de Lisboa / Ribeirão da Ilha / Vanessa Maria Pereira / Floram / Fundação Municipal do Meio Ambiente / Procuradoria-Geral / Marcelo Krás Borges / Casa Civil / Área de Urbanização Especial / Luis Mafra / Vera Lúcia Bridi / Plano Integrado de Mobilidade / Rodovia Baldicero Filomeno / Tapera / BRTs / Bus Rapid Transit / Rui Antônio Alves / Ponta do Coral / Avenida Hercílio Luz / Parque da Luz / UFSC / Campeche / Pântano do Sul / Canasvieiras / São João do Rio Vermelho / Cachoeira do Bom Jesus / Barra da Lagoa / Ingleses do Rio Vermelho / Ratonés / Lagoa da Conceição

Audiências têm 848 propostas

Plano Diretor. IpuF vai analisar sugestões da comunidade antes de enviar projeto à Câmara

FELIPE ALVES
felipe.alves@noticiasdodia.com.br
@felipecalves_ND

Alterações de zoneamentos, áreas públicas de lazer, mudanças de gabaritos, soluções para a mobilidade urbana e medidas para frear o esgoto clandestino nos bairros. Estas são apenas algumas das 848 propostas comunitárias encaminhadas ao IpuF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) durante as 13 audiências para rediscutir o Plano Diretor da Capital. Realizadas pelo IpuF, as reuniões foram exigidas pelo MPF (Ministério Público Federal) e determinadas pela Justiça em junho do ano passado.

Cerca de 2.500 pessoas participaram das reuniões entre maio e junho, de Norte a Sul, no Continente e na Ilha. Nesta semana, os moradores dos distritos de Santo Antônio de Lisboa, Ribeirão da Ilha e Sede Ilha puderam apresentar propostas e encerraram a fase de audiências distritais. Agora, os técnicos IpuF vão analisar todos os pedidos da comunidade e dar respostas individuais para cada pedido.

A conclusão do novo projeto de lei do Plano Diretor será enviada à Câmara de Vereadores para substituir a lei 482/2014,

conforme determinação judicial. Entre julho e agosto, outras três audiências deverão definir o rumo final do projeto. No dia 18 de julho, está programada uma audiência geral, na qual será apresentada a proposta global para o Plano Diretor, mas ainda haverá possibilidade de propostas por parte da comunidade.

"Estamos estudando as demandas que vêm das audiências distritais. Até dia 18 marcaremos tudo em um mapa, vamos ler, analisar e responder às pessoas", explica Vanessa Maria Pereira, superintendente do IpuF. Em alguns casos, o órgão encaminhará respostas definitivas, em outros, pedirá avaliação da Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente) ou da Procuradoria-Geral do Município.

Por determinação do juiz federal Marcelo Krás Borges, o IpuF retomou este ano o Núcleo Gestor, órgão colegiado com 40 entidades, e promove as audiências para refazer o Plano Diretor devido à "votação relâmpago", de acordo com Borges, das emendas na Câmara. A análise é feita em cima do projeto de 2013 enviado pela prefeitura à Câmara, sem analisar as 305 emendas aprovadas pelo Legislativo.

Destaque para as propostas coletivas

A expectativa de Vanessa Pereira é de que o projeto de lei seja encaminhado à Câmara de Vereadores em setembro. Entre as duas últimas audiências finais, o projeto será disponibilizado na internet por 15 dias, para que a comunidade ainda possa opinar. Após a aprovação final, no fim de agosto, o documento deve ainda passar por análise da Casa Civil e da Procuradoria-Geral do Município.

Para Vanessa, houve um amadurecimento de participação e de propostas da comunidade

de 2013 para 2016. "Recebemos propostas com cunho coletivo muito mais do que de interesses individuais e com assuntos que realmente têm relevância para o Plano Diretor. Muitas das demandas da comunidade são passíveis de serem incorporadas", diz. Após a análise de todas as propostas da comunidade, serão disponibilizadas no site (www.planodiretorflorianopolis.com.br) as respostas do IpuF para que todos acompanhem o que será enviado à Câmara de Vereadores.



Santo Antônio de Lisboa. Audiência teve participação de 193 pessoas e apresentação de 83 pedidos

REUNIÕES DA SEMANA

As discussões em cada distrito



Distrito de Santo Antônio de Lisboa

28 de junho
(Santo Antônio de Lisboa, Barra do Sambaqui, Cacupé e Sambaqui)

O principal questionamento da comunidade foi das áreas demarcadas como AUE (Área de Urbanização Especial). O representante distrital Luis Mafrá condenou a AUE, classificando a proposta como "uma faca de dois gumes", pois não se sabe exatamente o que poderá ser instalado nessa área. Entre outras demandas, a comunidade pediu a instalação de trapiches e áreas de lazer, a manutenção do gabarito em dois pisos em boa parte do distrito e alterações de zoneamentos.

Distrito do Ribeirão da Ilha

29 de junho
(Ribeirão da Ilha, Alto Ribeirão, Tapera do Ribeirão, Tapera da Base, Freguesia, Caicanga e Caieira da Barra do Sul)

A representante distrital Vera Lúcia Bridi ressaltou a importância do Plano Diretor ser feito com a participação da comunidade e, entre outras propostas, pediu a preservação da salubridade das águas, a regularização fundiária, implementação do Plano Integrado de Mobilidade, revitalização da rodovia Baldicero Filomeno e acesso à orla em todo o distrito, com trapiches, praças e abertura ao mar. Sobre mobilidade, foram duas propostas: um terminal aquaviário na Tapera e a implantação de BRTs (Bus Rapid Transit) no Sul da Ilha. Outra questão é a classificação dos terrenos de marinha ainda não homologados pela SPU como áreas não-edificáveis na cidade.





Distrito Sede Ilha

30 de junho
(Centro, Agronômica, Córrego Grande, Costeira, Itacorubi, João Paulo, José Mendes, Monte Verde, Pantanal, Saco dos Limões, Saco Grande, Santa Mônica e Trindade)

O distrito com maior número de bairros foi o último a receber a audiência pública, e registrou a maior participação, com mais de 400 pessoas. O principal encaminhamento das comunidades foi a solicitação por mudanças de zoneamento em diversas áreas. O representante distrital Rui Antonio Alves pediu novas oficinas e audiências devido ao elevado número de bairros do distrito. Outras demandas apontadas foram a alteração de gabaritos nas edificações, o fim da especulação imobiliária, o respeito à capacidade de drenagem da Bacia do Itacorubi, os terrenos de marinha e trocas de zoneamentos que afetam áreas como Ponta do Coral, avenida Hercílio Luz e Parque da Luz.

PRÓXIMOS PASSOS

Audiência pública geral

O que estará em discussão: IpuF apresentará a proposta geral do Plano Diretor para a cidade e ainda há possibilidade de manifestação popular

Data: 18 de julho
Local: Auditório Garapuvu, no campus da UFSC
Horário: 19h às 22h

Audiências públicas finais

O que estará em discussão: IpuF apresentará a proposta geral do Plano Diretor para a cidade, com as alterações sugeridas nas audiências públicas, de entidades e instituições e as análises técnicas da prefeitura. As audiências finais serão divididas em duas etapas. Entre a 1 e a 2, haverá consulta pública na internet para que a população possa analisar o documento que será enviado à Câmara e ainda encaminhar propostas de alterações. A audiência da etapa 2 será apenas informativa, com a apresentação final do projeto de lei.

Etapa 1
Data: 1 de agosto
Local: Auditório Garapuvu, no campus da UFSC
Horário: 19h às 22h

Etapa 2
Data: 29 de agosto
Local e horário: a definir
*As datas ainda serão discutidas com o Núcleo Gestor na próxima semana e podem sofrer alterações

AUDIÊNCIAS DISTRITAIS

Campeche: 373 pessoas e 96 propostas
Pântano do Sul: 132 pessoas e 43 propostas
Canasvieiras: 186 pessoas e 94 propostas
São João do Rio Vermelho: 175 pessoas e 85 propostas
Cachoeira do Bom Jesus: 105 pessoas e 39 propostas
Barra da Lagoa: 84 pessoas e 19 propostas
Inglês do Rio Vermelho: 116 pessoas e 32 propostas
Sede Continental: 153 pessoas e 70 propostas
Ratones: 95 pessoas e 19 propostas
Sede Insular: 440 pessoas e 166 propostas
Lagoa da Conceição: 195 pessoas e 54 propostas
Santo Antônio de Lisboa: 193 pessoas e 83 propostas
Ribeirão da Ilha: 197 pessoas e 48 propostas
Total: 2.444 pessoas e 848 propostas

FONTE: IPUF

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Notícias dia 03/07/2016

[SC realiza cirurgias plásticas em vítimas de violência doméstica e estupro](#)

[Ambassador launches 2nd edition of book on Iraq](#)

[Sem aviso a servidor, desconto por negativa de afastamento é inválido](#)